



ESTADO DO CEARÁ  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ICÓ**

CNPJ 06.737.977/0001-72

Em uma só cidade, como São Paulo, cuja média de expectativa de vida é de 77,8 anos, as desigualdades entre distritos é imensa. Segundo levantamento na Rede Nossa São Paulo, enquanto no Alto de Pinheiros, o tempo médio de vida está em 79,6 anos, em Cidade Tiradentes, na zona leste, esta média é de apenas 53,8 anos, o que confirma a tese de que trabalhadores e trabalhadoras correm o risco de trabalhar até morrer, sem gozar da aposentadoria, mesmo tendo contribuído a vida inteira para a Previdência.

A ANFIP e o Dieese denunciam também a farsa do “déficit” previdenciário, falsamente alardeado pelo Governo Federal numa campanha desonesta para tentar convencer a população de que, se as regras atuais para aposentadoria forem mantidas, a Previdência vai “quebrar”, deixando os trabalhadores sem a garantia do direito ao benefício. Nada mais falso. O tal “déficit” é, na verdade, fruto da exclusão deliberada da contribuição do Governo do cálculo da receita da Previdência, levando em consideração apenas as contribuições de trabalhadores e empregados sobre a folha de salário.

“Considerando, pois, o que reza a Constituição Federal de 1988, não faz sentido falar em déficit, porque existem fontes de recursos constitucionalmente asseguradas no Orçamento da Seguridade Social para financiar a Previdência. O suposto ‘rombo’ de R\$ 85,8 bilhões apurado pelo governo em 2015, poderia ter sido coberto com parte dos R\$ 202 bilhões arrecadados pela Cofins, dos R\$ 61 bilhões arrecadados pela CSLL e dos R\$ 53 bilhões arrecadados pelo PIS-Pasep. Haveria ainda os R\$ 63 bilhões capturados da Seguridade pela DRU e os R\$ 157 bilhões de desonerações e renúncias de receitas pertencentes ao orçamento da Seguridade Social”, conclui o estudo.

Diante dos fatos expostos, e de tantos outros prejuízos embutidos na proposta de reforma do governo, propugnamos pela retirada definitiva da PEC 287 da pauta do Congresso Nacional e pela abertura de um debate nacional sobre a sustentabilidade do Regime Geral da Previdência Social, que beneficia 99 milhões de pessoas, quase a metade da população do Brasil.

Defendemos, por fim, a promoção de audiências públicas para discutir uma reforma previdenciária que contribua efetivamente à ampliação de direitos, e não com a limitação ou extinção destes, como tenta aprovar o governo Temer para atender ao interesse do mercado de privatizar e de transformar o direito universal à aposentadoria numa mercadoria a qual só terá acesso quem puder pagar por ela.

N.Têrmo;

P.Deferimento.